

Servidor em *Pauta*

Sintram - Julho a Setembro | Diretoria 2015 - 2018

Sintram fortalece ainda mais representação sindical e assume cadeira na Nova Central/MG. Página 8.



Gatilho Divinópolis: advogados aguardam apreciação do pedido de antecipação de tutela *Página 3*



Os advogados Celso Pimenta e Márcio Murilo Pereira em reunião com servidores em maio.

Força total: revisão do PCCS da Educação avança em várias cidades do Centro Oeste
Página 4

Assembleia adequa estatuto às normas vigentes do MTE
Página 04

Diviprev pode ir à falência se déficit atuarial não for corrigido
Sintram integra Comissão que irá apresentar estudo sobre o instituto
| Página 3

Economista do Dieese alerta que reforma trabalhista irá atingir servidores de todas as esferas
Página 7



Confira a atuação do sindicato junto às cidades da base.
Páginas 5 e 6

POR LUCIANA SANTOS,
PRESIDENTE DO SINTRAM

União e luta: não irão nos calar!

A três meses do final do ano e considerado o atual contexto econômico e político do Brasil, o balanço que se pode fazer de 2017 é desanimador. Durante todo o ano, fomos bombardeados pelas notícias de corrupção que assolaram a política nacional, seguida pela brutal recessão que encolheu ainda mais o poder de compra do servidor e por medidas que cortaram direitos adquiridos ao longo de dezenas de anos.

Uma palavra chave para vencer essa batalha é mais do que nunca união! Os políticos e a grande mídia utilizavam todas as forças para criminalizar e abafar o movimento sindical na intenção única de precarizar a relação de trabalho, o que favoreceu, satisfatoriamente, aos patrões. Os sindicatos foram a única força, junto às Centrais e Federações, que motivou e conscientizou os servidores a respeito da verdade sobre as reformas da previdência, trabalhista e terceirização sem limites.

A reforma trabalhista, que já entra em vigor em novembro, retira a compulsoriedade do imposto sindical. O que isso significa? Que a contribuição deixa de ser imposto e passa a ser opcional. Talvez seja motivo de alegria para alguns servidores menos informados, mas é fundamental que tenham consciência que por trás disso há uma verdade oculta. Enfraquecer os sindicatos é enfraquecer a luta, deixando-nos à mercê da "boa vontade" dos patrões, principalmente, no momento de negociar salário, buscar melhores condições de trabalho. Se hoje temos direitos garantidos em lei, tenha certeza que não foi pela boa vontade dos patrões ou políticos, mas sim pela luta de classes, estimuladas ou orientadas pelos sindicatos.

"A batalha só acaba, quando o último soldado morre". Essa frase tão conhecida é o gás que nos motiva a continuar. Querem nos abater, mas estamos firmes e fortes para continuar trabalhando em defesa dos nossos servidores municipais. E é nesse sentido que compartilhamos uma vitória importante do Sintram diante dessa necessidade de unidade e mais do que nunca de fortalecimento sindical. No último dia 11 de agosto, representando o Sintram, assumi cadeira na Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais - NCST/MG, ocupando o cargo de secretária geral.

A Nova Central nasceu em 2005, com o ideal de propor uma alternativa de luta para os servidores de todo o Brasil. Foi a primeira Central Sindical com sede em Brasília e composta por cinco Confederações, 82 federações, 1.078 sindicatos e cerca de 10 milhões de trabalhadores pelo país afora. O que nos enche de orgulho não é a importância do cargo, mas sim o que ele nos permitirá fazer pelos municípios de nossa base em um momento de total retirada e ataque a nós, servidores.

Temos muita luta pela frente, principalmente agora que o trabalhador está sendo ameaçado de perder a força da representatividade e o porto seguro nos momentos de conflitos com os patrões. Cada servidor precisa se conscientizar do que vem pela frente, se não for enfrentado de mãos dadas e com o pensamento coletivo, pode ser ainda mais danoso para cada um de nós.

Fortalecer nosso sindicato significa fortalecer toda uma categoria. Porém, isso não se faz apenas com o esforço de meia dúzia de diretores sindicais. Todos nós somos responsáveis e precisamos atentar para o que está acontecendo, pois enquanto o salário de quem realmente trabalha vai perdendo seu poder de compra, a boa vida dos políticos continua mantida com o dinheiro público, consumindo bilhões de reais a cada ano, da mesma forma os patrões que acumulam o lucro ano a ano.

Nossa esperança está acesa e a luta continua. Embora do outro lado haja uma poderosa corrente que anseia calar a nossa voz, isso, sabemos, não será possível jamais. Com seu apoio e sua confiança, continuaremos falando forte e em bom som por uma sociedade igualitária e justa com nossos servidores.



Expediente

Diretoria efetiva

Presidente:

Luciana Aparecida dos Santos

Vice-Presidente:

Ivanete Ferreira

Secretaria Geral:

Marcos Alves de Almeida

Diretor Financeiro:

José Alcolano - Zezinho

Diretor Jurídico:

Alberto Gigante Quadros

Diretores:

Washington M. de Oliveira

Vilson José Alves de Melo

Dir. Suplentes

Vilson de Freitas

Pedro Alves Filho

Iara Soares Lima

Márcio Aparecido David

Sandro Borges

Márcio Lopes dos Reis

Denise Silva Diamante

Márcio Alves de Sousa

Conselho Fiscal

Juliano Vilela

Adriana Eva

Marco Antônio Pinto Silva

Maria Aparecida de Sousa

Suplentes

Wantuil José Dias Santos

Osmundo Santana Filho

Maria Aparecida da Cunha

Pedro Vinicius de Jesus

Dirigentes Sindicais: João Madeira (Fesempre) e Eduardo Parreira (Fesempre/CSPB)

Textos/fotos:

Flávia Brandão e Jotha Lee

Jornalista Responsável:

Flávia Brandão - JP 12.538/MG

Projeto Gráfico e Diagramação:

Mariana Cançado

Impressão: Gráfica Nossa Senhora da Paz

Tiragem: 5.000 Exemplares

Distribuição gratuita

www.sintramdiv.org

facebook.com/SintramCentroOeste
gerenciacomunicacao@sintramdiv.org

Sede Divinópolis: Av. Getúlio Vargas, 21, Centro
(37) 3216-8484

Subsede Bambuí: Rua Olívio Alves Ribeiro, 134,
Centro | (37) 3431-3486

Subsede Luz: Rua Antônio Gomes de Macedo,
554, Centro | (37) 3421-4322

Subsede Bom Despacho: Rua Vigário Nicolau,
111, sala 106, Centro | (37) 9 9832-6038

GATILHO SALARIAL: ADVOGADOS AGUARDAM APRECIÇÃO DO PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

A ação que pede o cumprimento do gatilho salarial em Divinópolis continua tramitando na Vara de Fazendas Públicas e Autarquias desde o dia 15 de maio, como informado na última

edição do jornal Servidor em Pauta. No dia 13 de setembro, a presidente, Luciana Santos, esteve na capital mineira para reunião com os advogados Glaciely de Carvalho, Celso Pimenta e Márcio Murilo Pereira, titulares da ação.



No encontro, a presidente foi informada que a ação aguarda, agora, a apreciação do juiz sobre o pedido de antecipação de tutela. "Quando é proposta uma ação, a tutela de urgência é uma faculdade que a parte tem de pedir ao juiz que antes mesmo de decidir o mérito da questão - com base em fundamentos claros de convicção - que ele antecipe o efeito daquela decisão, que será dada ao final, já determinando que o provimento pretendido seja concedido liminarmente. No nosso caso específico, como

o salário tem natureza alimentar pedimos ao juiz que desde já mande reajustar os benefícios antes mesmo de julgar o mérito da questão", explicou o advogado Márcio Murilo Pereira.

PERDAS

O advogado explicou também que todas as perdas nos salários dos servidores nos últimos dois anos foram reivindicadas na ação. Ou seja, os reajustes, não concedidos em 2015, que geraram perdas de 4,27%; além da integralidade dos 7,86% (índice do IPCA do IPEAD/UFMG apurado no período 2016) que deveria ter sido concedida nos salários neste ano

e que o prefeito de Divinópolis, Galileu Machado, através de decreto, estipulou a revisão de 2% em março e 2% em dezembro.

Também na ação está o pedido de correção monetária dos valores, com efeitos retroativos a março, que é a data base da categoria. Julgada procedente a ação, o juiz irá determinar que o salário seja corrigido com o pagamento de todos os valores vencidos desde a data-base, que não foi corrigida, até o efetivo pagamento", explicou.

CÂMARA MUNICIPAL

Sobre a reposição concedida pelo presidente da Câmara Municipal, Adair Otaviano (PMDB), aos servidores do Legislativo, que receberam o

IPCA integral (7,86%), Márcio Murilo disse que essa decisão mais uma vez confirma que o pedido de cumprimento da Lei é pertinente. "Isso mostra que temos razão, porque o sistema que ampara o servidor da Câmara Municipal é o mesmo do servidor da Prefeitura. Então é um indicativo que temos razão e que a Prefeitura por analogia terá que se curvar a essa situação", analisou.

O advogado Celso Pimenta concluiu que não é possível prever o prazo para uma decisão do Judiciário. "O importante é que o direito que foi lesado está sendo discutido e lá na frente será garantido, não temos dúvida disso. A interpretação legal será feita, adequadamente, pelo juiz da causa", ponderou.

O advogado disse ainda que o que foi solicitado para acelerar o processo foi justamente o pedido de antecipação de tutela. "Acreditamos plenamente que o juiz da causa possa debruçar sobre o processo e decidir pela tutela de urgência, que foi pedida em razão de se tratar de um direito de alimentos, salário, e que essas pessoas precisam enquanto servidores de cuidarem de suas famílias. Acima dos interesses da Prefeitura de Divinópolis existe o interesse familiar, o interesse das pessoas de subsistência, de sobrevivência", concluiu.

Confira, no canal do Sintram no Youtube, a entrevista com os advogados, que explicam os trâmites e outras dúvidas dos servidores, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=kUwNLaFS8Sc> ◀

DIVIPREV PODE IR À FALÊNCIA SE DÉFICIT ATUARIAL NÃO FOR CORRIGIDO

Até início de novembro deverá estar pronto o diagnóstico, contendo a real situação do Instituto de Previdência dos Servidores de Divinópolis - Diviprev. Essa foi a decisão retirada da audiência pública realizada no dia 12 de setembro na Câmara Municipal. A audiência revelou que são necessárias medidas urgentes para o reequilíbrio do instituto, que hoje apresenta um déficit atuarial de R\$700 milhões.

Esse déficit é relativo ao futuro da instituição, no qual se faz uma projeção de gastos e receitas. Hoje, a instituição paga normalmente os benefícios, mas essa situação pode não ser a mesma daqui alguns anos, se medidas não forem adotadas para corrigir o déficit atuarial.

Na audiência, o atuário, Tiago Silveira, citou que é necessário um estudo maior, no entanto já adiantou saídas para corrigir o déficit como: a realização de concurso público; aporte de bens no sentido de aumentar o patrimônio da autarquia; o recadastramento com atualização de toda a base de dados (o qual já está em andamento); entre outras medidas.

O Sintram vem alertando sobre a situação preocupante do Diviprev já há bastante tempo. Na audiência, o diretor jurídico, Alberto Gigante, citou que, em uma reunião na qual se falava da auditoria da FGV, foi revelado que em seis anos o Diviprev iria à falência. "O Diviprev indo à falência, a Prefeitura tem que assumir o pagamento dos aposentados, isso sim irá inviabilizar a Prefeitura em todas as situações e não só o Diviprev", alertou o diretor.

DECEPÇÃO

O diretor criticou a baixa adesão dos servidores no debate, já que são os maiores interessados e revelou uma grande decepção da categoria com o desempenho dos atuais conselheiros, que foram eleitos, para defender os interesses do funcionalismo na autarquia. "Tivemos uma eleição muito participativa e estamos sentido que os conselheiros estão pouco propositivos, esclarecedores e combativos. Já tem mais de um ano de novo conselho e não vi nada acontecer, enquanto o barco está afundando", apontou. O diretor finalizou dizendo que é preciso ter "clareza para tratar o problema" e não esperar chegar a uma situação drástica. "É essa clareza e ação, que esperamos da direção do Diviprev, dos conselheiros, dos vereadores e da administração", disse.

COMISSÃO

Foi formada uma Comissão integrada pelos



vereadores Nego do Buriti (PEN) e Janete Aparecida (PSD); Rejane Alves (superintendente do Diviprev); Lillian Timóteo e Cida Oliveira (do Sintemmd); Alberto Gigante (do Sintram); Darly Salvador (da Junta de Recursos do Diviprev); Flávio Ramos (secretário-geral da Câmara); e o servidor aposentado Mário Nascimento. Essa comissão terá como responsabilidade a entrega do diagnóstico do instituto em 40 dias, sendo que a primeira reunião do grupo foi realizada no dia 22 de setembro.

Confira a audiência, na íntegra, no seguinte endereço: www.sintramdiv.org/noticia_abre.php?cod_noticia=1018 ◀

SINTRAM REÚNE ESFORÇOS PARA REVISÃO DO PLANO DE CARREIRA DA EDUCAÇÃO EM VÁRIAS CIDADES DA BASE

O Sintram colocou boa parte de sua diretoria a serviço dos 37 municípios que compõem sua base para viabilizar a construção e revisão dos Planos de Carreira e Remuneração (PCR) do magistério municipal. A iniciativa reveste-se de importância fundamental para que os municípios continuem recebendo recursos federais para a educação. Isso porque o prazo para a revisão e elaboração dos planos de carreira do magistério previsto pelo Plano Nacional de Educação (PNE) venceu no ano passado e os municípios não tomaram essa iniciativa, colocando em risco a liberação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

É importante observar o que diz a legislação sobre os profissionais da educação que, necessariamente, precisam ter suas carreiras regulamentadas. A Lei nº 11.738/2008, por exemplo, definiu que todos os profissionais do magistério, assim compreendidos os que desenvolvem atividades de docência ou de suporte a docência, devem ser abrangidos pelo plano de carreira e remuneração.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005, de 2014, ficou estabelecido, em sua meta 18, que os entes federativos devem: "Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para os planos de Car-

reira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal".

O PNE também estabeleceu, por meio da Meta 17, que os entes federativos devem "valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE".

ESFORÇO CONCENTRADO

O grande desafio para os municípios, considerando as metas 17 e 18 do PNE, é a elaboração de planos de Carreira que tenham como vencimento inicial o piso salarial profissional nacional, que propiciem evolução na carreira e institua remuneração média equiparada aos demais profissionais com a mesma escolaridade. Essas dificuldades atingem principalmente os municípios que dispõem de poucos recursos e pessoal insuficiente para cumprir as duas metas.

Nesse sentido, o Sintram está realizando um esforço concentrado e participando com

Assembleia em Carmo da Mata | 26 de setembro | 2017



apoio e pessoal técnico para a revisão e elaboração dos planos de Carreira em diversas cidades que compõem a sua base. "Estamos fazendo o que já deveria ter sido feito pelo poder público, que deveria ter tomado essa iniciativa, que é uma exigência federal. O Sintram está disponibilizando seu pessoal para realizar esse trabalho e garantir os direitos ao professorado e assegurar a continuidade de recursos do Fundeb, que podem até ser suspensos se o Plano Nacional de Educação não for cumprido", analisa Luciana Santos, presidente do Sintram.

Acompanhe na seção "Giro Centro Oeste" essa frente de trabalho do Sintram nas cidades da base. ◀

SINTRAM ATUALIZA ESTATUTO ÀS NORMAS VIGENTES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Com a presença do presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais (NCST-MG), Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, e do ex-presidente Antônio Miranda, o Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), realizou assembleia no dia 29 de setembro para deliberar sobre mudança no estatuto da entidade.

De acordo com a presidente do Sintram, Lu-

ciana Santos, a mudança estatutária foi necessária para o sindicato se adequar ao novo Código Civil, bem como excluir de sua base territorial as cidades de Arcos, Esmeraldas, Florestal, Formiga, Itaúna, Mateus Leme, Nova Serrana, Oliveira, Pará de Minas e Pitangui. "Essas cidades já possuem a carta sindical, por isso estão sendo excluídas de nossa base e nós estamos nos adequando também às regras do Ministério do Trabalho", explicou a presidente.

Outro motivo importante da assembleia foi a oficialização da cidade de Medeiros na base territorial do Sintram. Medeiros já integrava a base desde a fundação do Sintram e a oficialização pela assembleia era necessária para efeitos legais.

Além da presidente, também participaram da assembleia os dirigentes sindicais Alberto Gigante (Diretor Jurídico), Eduardo Parreira, João Madeira e Marcos Alves de Almeida.



Café com Servidores

Agende a visita de um dos diretores do Sintram ao seu local de trabalho.

Um bate papo com informações importantes para a classe!

Ligue: (37) 3216-8484



Bom Despacho

A presidente, Luciana Santos, o dirigente sindical, João Madeira, e a Comissão de professores entregaram, no mês de julho, ao prefeito Fernando Cabral as propostas de revisão do PCCS da Educação de Bom Despacho. Foram 15 meses de trabalho e agora o sindicato aguarda que o projeto seja encaminhado ao Legislativo. Também no mesmo mês, a prefeitura renovou até o 2020 o convênio com o Sintram, permitindo que os servidores continuem tendo acesso a carteira de benefícios do sindicato como: planos de saúde, assistência jurídica, etc.



No dia 7 de agosto, foi realizado o I Café com os Servidores de Bom Despacho. Trinta e oito professoras se reuniram para tirar dúvidas e conheceram mais sobre a atuação do sindicato. Também ação do sindicato que beneficiou o servidores através de negociação do Sintram foi a incorporação do auxílio-alimentação aos salários, não só para os que estão na ativa, mas também para os aposentados com paridade. O projeto de lei que beneficia a categoria dos aposentados foi enviado à Câmara em agosto e sendo aprovado garantirá o reajuste de 5,12%, retroativo a maio. Outra vantagem aos trabalhadores foi a oportunidade de antecipação de pagamento da metade do 13º salário.



Carmo da Mata

A revisão do PCCS da Educação de Carmo da Mata está bem adiantada. No último trimestre, o dirigente sindical, Eduardo Parreira, esteve em reunião com a Comissão de Educadores e estudou ponto a ponto as alterações necessárias no anteprojeto da administração. No dia 26 de setembro, o resultado do trabalho do sindicato e comissão de Educadores foi aprovado em assembleia. Agora o Sintram aguarda agendamento de reunião com a administração para negociar as alterações sugeridas. A previsão é que até o ano que vem o novo plano esteja em vigor. "O trabalho do sindicato tem sido de grande relevância, nos apoiando muito nas reuniões da comissão e durante a discussão da proposta", disse Agda Moura, uma das integrantes da Comissão dos Educado-

Araújos

A presidente Luciana Santos e o diretor João Madeira estiveram na cidade de Araújos, no mês de agosto, para dar início ao processo de revisão do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) dos servidores da Educação. Desde então, o trabalho vem sendo realizado em ritmo acelerado e segundo a secretária municipal de Educação, Roselita Brandão Azevedo, a proposta será fechada até outubro e encaminhada à Câmara Municipal. ◀



Santo Antônio do Monte

No dia 05 de julho, o dirigente sindical, Eduardo Parreira, esteve em Santo Antônio do Monte para dar continuidade às negociações junto a Prefeitura. O vice-prefeito, Luis Antônio, recebeu o sindicato e garantiu que todos os itens reivindicados que ainda não foram atendidos, estão sendo avaliados. A revisão salarial concedida foi de 6,47% em fevereiro e a implantação do tíquete alimentação no valor de R\$10 ainda está em estudo do impacto financeiro. O vice-prefeito garantiu ainda que a licitação para aquisição de equipamentos de segurança e proteção já está em andamento e os servidores que tem direito à insalubridade estão recebendo devidamente. Já o Plano de Carreira, Cargo e Salários da Educação ficará para uma discussão mais ampla, sendo que o sindicato aguarda agenda com a secretária de educação. ◀

BambuÍ

A Lei municipal 2.453/2017 entrou em vigor na cidade de Bambuí, em julho, e estabelece a redução de carga horária para os servidores, que têm filhos naturais ou adotivos com deficiência congênita e/ou adquirida. De acordo com a regra, a redução será de 50% na carga horária diária, "sem nenhum tipo de perda em sua remuneração e sem necessidade de compensações".

Outra frente de trabalho na cidade tem sido a discussão do PCCS da Educação, sendo que o dirigente sindical, João Madeira, tem participado das reuniões com a comissão de revisão do Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Segundo ele, as discussões estão aceleradas e a expectativa é que trabalho seja concluído em outubro.

Em setembro, o Sintram promoveu a inauguração da rede Sintramcard em Bambuí, sendo credenciadas estabelecimentos para venda a prazo aos filiados, com parcelamentos diferenciados e sem custos de anuidade. Os servidores filiados interessados em obter o benefício deverão entrar em contato com o nosso setor de Convênios (37)3216-8484. ◀



Conceição do Pará

O Sintram está em busca de avanços para o funcionalismo de Conceição do Pará. Em julho, foi definida pauta de reivindicação, sendo que em setembro nova assembleia foi realizada para apresentar o resultado da primeira rodada de negociação com o prefeito Procópio Celso de Freitas. Foram acertados os seguintes pontos: 1) revisão do PCCS da Educação com adequação do piso nacional; 2) A administração garantiu uma bonificação relativa os meses de outubro, novembro e dezembro da diferença salarial devida aos professores, sendo que o valor ainda está sendo definido; 3) reivindicação à administração para implantação do piso salarial municipal em R\$ 937,00 mais revisão salarial automática anual baseada no índice IPCA do IPEAD, dando fim ao complemento salarial. O Sintram aguarda nova reunião com a administração para apresentar o retorno da categoria, além disso, está encaminhando o calendário de encontros com a Comissão de Educadores para revisão do PCCS. ◀



Carmo do Cajuru

No último trimestre, o Sintram renovou o convênio com a Prefeitura de Carmo do Cajuru. A medida garante acesso dos filiados a vários serviços do sindicato entre eles: atendimento médico, odontológico, adesão ao SintramCard, o cartão de compras do servidor, etc.. Também ação promovida na cidade foi um plantão de atendimento para entrega dos cartões do SintramCard. Além das mais de 200 lojas em Divinópolis, em Carmo do Cajuru o Sintram já tem lojas cadastradas para venda aos trabalhadores. Lista disponível em www.sintramdiv.org.

Ainda em Carmo do Cajuru, uma das reivindicações da campanha salarial dos servidores foi a implantação do Plano de Carreira, que sairá do papel ainda esse ano. Com a implantação do Plano de Carreira, o prefeito Edson Vilela atende a todas as reivindicações dos servidores, já que no início do ano foi concedida a revisão de 6,58% nos salários, que vigora desde 1º de janeiro. Foi acertado também o vale-transporte com regulamentação de distância mínima para garantia do direito e o tíquete alimentação subiu de R\$ 7 para R\$ 8,50, aumento de 21,43%.

Em abril, o prefeito cumpriu mais uma parte do acordo fechado com o Sintram, ao conceder 3% de ganho real aos salários do funcionalismo. Com isso, esse ano, os servidores de Carmo do Cajuru tiveram um aumento no salário de 9,58%. ◀

Igaratinga

Em agosto, o Sintram promoveu curso de qualificação sobre o Instituto de Previdência de Igaratinga (Previgara). No encontro, foram repassadas informações e apoio aos trabalhadores para que seja elaborada uma proposta de reformulação da lei, que criou a Previdência Municipal. O presidente do Conselho Fiscal do Sintram, Juliano Vilela, com vasta experiência no assunto, constatou que é necessária uma urgente reforma no Previgara, já que a lei, sancionada em 2004, precisa ser atualizada. Entre as orientações, foi sugerido recadastramento da categoria, ou seja, um censo previdenciário para atualizar a base de dados, que irá retratar realmente a realidade e proporcionar um novo cálculo atuarial do instituto.

A categoria conseguiu importantes conquistas neste ano como: 11% de reposição salarial - que compreende o INPC de 6,58% mais 4,42% de ganho real nos salários e em reunião, neste último trimestre com a presidente Luciana Santos, o prefeito Renato Guimarães garantiu que será encaminhado Projeto de Lei ao Legislativo, para a implantação do vale-refeição do funcionalismo. ◀



Itapecerica



O Sintram conseguiu pacificar a relação entre os professores da rede municipal e o Executivo de Itapecerica. A categoria, que em julho anunciou um movimento grevista por melhores salários, tentou iniciar a paralisação de forma equivocada, sem obedecer às regras legais. A imediata intervenção do Sintram impediu que houvesse uma greve ilegal, que poderia causar prejuízos para a classe. O sindicato deu total apoio à paralisação anunciada pela categoria no dia 1º de agosto e assumiu a negociação com o prefeito Wirley Reis e Comissão de Educadoras. Após um mês de meio de negociação, foi aprovada a proposta que prevê abono salarial de R\$ 100, retroativo a setembro, e a revisão do Plano de Carreira com o cumprimento do piso nacional a partir de fevereiro de 2018. Compõe a comissão de revisão do PCCS as seguintes servidoras: Rita de Cássia, Zilma Maria dos Santos, Dávia Aparecida Leão, Consuelo Santos e Flávia Oliveira. O abono é temporário, findando em janeiro de 2018. ◀

Pimenta

A diretoria do Sintram, no início do mês de julho, esteve na cidade de Pimenta para uma reunião com os educadores. O encontro discutiu situações específicas da Educação para análise e encaminhamentos do sindicato. De acordo com o diretor Marcos Alves houve questionamentos sobre o pagamento do piso nacional, porém a diretoria verificou que a legislação está sendo cumprida. "Existem algumas distorções em relação ao grau de escolaridade e isso deverá ser corrigido pela administração, conforme a legislação vigente", explicou. Outra reivindicação está relacionada ao Plano de Carreira. "Em análise inicial da documentação não há problemas, mas iremos aprofundar na legislação e verificar o que foi alterado para que seja aplicado corretamente", esclareceu. ◀

ECONOMISTA DO DIEESE ALERTA QUE REFORMA TRABALHISTA VAI ATINGIR SERVIDORES PÚBLICOS DE TODAS AS ESFERAS

NOVAS REGRAS PASSARÃO A VALER A PARTIR DE NOVEMBRO DESTES ANO

A reforma trabalhista recém aprovada pelo Congresso Nacional (Lei 13.467/2017), que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pode gerar consequências danosas para servidores públicos municipais, estaduais e federais. O alerta é do economista Fernando Ferreira Duarte, supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em Minas Gerais. Em entrevista à Assessoria de Comunicação do Sintram, Fernando Duarte enumerou uma série de fatores que poderão afetar diretamente a todos os servidores, inclusive os que possuem estabilidade.

"A reforma trabalhista não se restringe a mudanças que afetam, apenas, trabalhadores da iniciativa privada ou trabalhadores públicos celetistas, mas, também, servidores públicos estatutários. Acontece que o debate público foi incapaz de esclarecer a sociedade sobre o conjunto das mudanças. O movimento sindical, em peso, e boa parte do meio acadêmico e do meio jurídico mais organizados e conscientes do que de fato estava sendo mudado, tentaram resistir e qualificar o debate público, mas foram abafados pela grande imprensa que apresentou a Reforma Trabalhista como necessária para "modernizar" nossa legislação e acabar com as "boquinhas", explicou Fernando.

Apesar dessa falta de informação, Fernando Duarte diz que o funcionalismo público, aos poucos vem conseguindo se esclarecer através da ação dos sindicatos, mas ainda há muitas dúvidas sobre a aplicação da legislação. "O serviço público poderá ser afetado, por exemplo, pela utilização das normas do setor privado como parâmetro ou referência para o direito do setor público, como aconteceu recentemente quando o Supremo Tribunal Federal adotou a lei de greve do setor privado como referência para "normatizar" a greve no setor público", lembra.

SITUAÇÃO CONCRETA

Para mostrar alguns pontos que podem gerar muitos prejuízos ao servidor público, o economista propõe o seguinte exercício: "Vamos pen-

sar numa situação concreta de um servidor que pretenda recorrer à Justiça do Trabalho, pleiteando a incorporação de um abono (prêmio) ou a isonomia salarial em relação a um colega. Para trabalhadores celetistas estes pleitos a partir da nova legislação ficarão mais difíceis de se conquistar, com a mudança no entendimento sobre o conceito do que é salário e remuneração e sobre os parâmetros para a caracterização de uma situação de isonomia. Avalio que questões como estas terão grande repercussão junto aos servidores públicos", analisou.

Fernando Duarte diz ainda que "em que pese o desconhecimento sobre a interpretação e a validade de pontos da lei e de como a esfera judicial vai se comportar nos julgamentos e decisões, sem dúvida os servidores celetistas serão afetados". "Há certa dúvida se os contratos individuais já existentes poderão ser alterados. Há quem pense que sim e há quem pense que não. Mas mudanças poderão ocorrer com esquema de compensação de horas extras (banco de horas individual); partição das férias em três períodos; não incorporação de gratificação; entre outros. Também o recurso à Justiça do Trabalho ficou mais caro (com a redução da Justiça gratuita e o pagamento de perícias) e arriscado (com o risco de pagar honorários para a contraparte), o que vai prejudicar a garantia de efetivação dos direitos", acrescentou o economista.

TERCEIRIZAÇÃO

Sobre a terceirização plena também aprovada esse ano pelo Congresso (Lei 13.429/2017) Fernando Duarte é pessimista. Com as mudanças promovidas na legislação, que prevê a possibilidade de terceirização em qualquer ativi-



Fernando Ferreira Duarte, economista e supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em Minas Gerais

dade da contratante, uma das barreiras que impediam a expansão da terceirização para outras áreas do serviço público foi derrubada. "Para os trabalhadores no geral, a terceirização afeta as condições de trabalho, dificulta a organização sindical, impede conquistas de aumentos salariais e benefícios melhores. Muitas vezes acaba por mexer com a dignidade das pessoas", analisa.

De acordo com o economista, o trabalhador do setor público, por gozar de certa estabilidade, não deve se iludir pensando que está blindado. "Talvez a Reforma Trabalhista e a Terceirização aprovadas não o afete imediatamente, da mesma forma que afetarão os trabalhadores da iniciativa privada. Mas gostaria de pedir para que olhassem para a Reforma Trabalhista no contexto que ela acontece", alerta.

Fernando Duarte lembra que o trabalhador, de modo geral, não pode deixar se iludir pela propaganda. "É hora de enxergar além das propagandas dos meios de comunicação e fortalecer o seu sindicato, o seu partido político e lutar por mudanças que de fato beneficiem o trabalhador e a sociedade em seu conjunto", finaliza.

A entrevista concedida à Assessoria de Comunicação do Sintram pelo economista Fernando Duarte aborda outros pontos importantes das reformas. Leia a entrevista na íntegra no site do Sintram: www.sintramdiv.org ◀



COLUNA DO JURÍDICO

Suposta irregularidade no trabalho

A autoridade pública municipal que tenha ciência de alguma irregularidade praticada no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, instaurando sindicância ou processo administrativo, assegurando ao acusado o direito de ampla defesa e contraditório.

Instaurado o procedimento administrativo serão apuradas as infrações imputadas ao servidor, que terá a oportunidade de fazer sua defesa e somente se comprovados os fatos tidos como irregulares é que lhe serão aplicadas as penalidades previstas em lei.

Portanto, o servidor público, mesmo em estágio probatório, não pode sofrer qualquer penalização sem a instauração prévia de uma sindicância e ou processo administra-

tivo disciplinar, onde lhe será oportunizado o direito de ampla defesa e contraditório.

Licença-prêmio proporcional

Desde 2009, o servidor público municipal de Divinópolis que se aposenta antes de completar um decênio de serviços prestados sem interrupção tem direito a ser indenizado pelo período proporcional a título de licença prêmio. Se ao aposentar a prefeitura não quitou esse período, você deve procurar o departamento jurídico do Sintram para requerê-lo judicialmente. Fique atento, pois o direito prescreve com cinco anos.

SINTRAM ASSUME CADEIRA EM UMA DAS MAIS IMPORTANTES CENTRAIS SINDICAIS DO PAÍS

A presidente do Sintram, Luciana Santos, faz parte desde agosto da diretoria da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST-MG), ocupando os cargos de secretária geral e auxiliar de coordenação da região Centro-Oeste. A nova diretoria da entidade foi eleita e empossada no dia 11 de agosto, durante o IV Congresso da Central, com a participação de representantes de dezenas de sindicatos, federações e confederações de todo o Brasil.

De acordo com a assessoria de imprensa da Nova Central, além de permanecer na luta pelas bandeiras já existentes, como a manutenção dos direitos trabalhistas e a defesa da

portância, em razão do momento conturbado que o país atravessa, especialmente tendo o trabalhador e seus direitos como principais alvos do governo. Mais significativo, ainda, será o aumento da representatividade do Sintram em todo o Estado e a força que o sindicato ganha como entidade de defesa dos servidores municipais de Divinópolis e região.

"É um desafio que aceitamos assumir, pois sabemos o quanto essa diretoria, junto à Nova

Central, representará para nossos servidores. Além disso, é um orgulho para nós que atuamos no movimento sindical, estar à frente de uma central com tanta história de lutas e conquistas. Como estamos fazendo à frente do Sintram, trabalhando com transparência, honestidade e respeito aos nossos associados, também atuaremos nesse cargo que nos foi confiado pela Nova Central", afirmou Luciana Santos.

A ENTIDADE

A criação da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) foi oficializada no dia 28 de junho de 2005. É a primeira Central com sede em Brasília e é composta por cinco Confederações, 82 federações, 1.078 sindicatos e cerca de 10 milhões de trabalhadores em todo país.

Em sua fundação, na capital do país, Brasília, uma grandiosa demonstração de unidade, organização e solidariedade escreveu uma nova história do Movimento Sindical Brasileiro. Atendendo à convocação das Confederações, trabalhadores dos mais diversos lugares do Brasil abriram caminho para um novo amanhecer com a criação de uma nova e verdadeira Central, que hoje se coloca na condição



de independente, classista e autônoma.

Além dos projetos específicos de cada diretoria, faz parte permanente do conteúdo programático a defesa da unicidade sindical, da contribuição compulsória, do sistema confederativo de representação sindical e respeito ao artigo 8º da Constituição Federal, na luta por um Brasil com emprego, desenvolvimento econômico e



Previdência, a nova gestão pretende intensificar o apoio às minorias e grupos mais excluídos. O novo presidente, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, disse que a entidade pretende entrar na discussão em defesa das minorias. "Iremos sim, discutir com mais profundidade, os problemas vividos pelas comunidades quilombolas, LGBT e os mais humildes. Vamos trabalhar para fazer da Nova Central uma entidade cada vez mais combativa e que preze acima de tudo pelo respeito às diferenças", garantiu.

Já em plena atividade na instituição, o cargo que a presidente Luciana ocupa é um dos mais importantes dentro da entidade e exige muito trabalho e conhecimento para seu desempenho. A participação de Luciana na diretoria da Nova Central reveste-se, ainda, de maior im-



Já em plena atividade na instituição, o cargo que Luciana Santos, presidente do Sintram, ocupa é um dos mais importantes dentro da NCST/MG

juros baixos.

Para Luciana Santos, a Nova Central marca um momento importante na história do Movimento Sindical Brasileiro. "Nossa Central é a esperança transformada em realidade e se constitui como instrumento de luta e de unidade da classe trabalhadora de todo o país", finaliza. ◀



Inauguração da nova sede da Nova Central Sindical